

## Ata n.º 10/2023

### Reunião de Câmara realizada no dia 15 de maio de 2023

-----  
Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. -----

-----  
Às dez horas e sete minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

#### **Ponto prévio da Ordem do Dia:** -----

O **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento de uma comunicação do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção do Voto de Protesto sobre o estado das vias de acesso ao Concelho da Lousã. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 1 (um)).-----

Deu conhecimento de uma comunicação da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, Deputado Afonso Oliveira, a acusar a receção do Voto de Protesto sobre o estado das vias de acesso ao Concelho da Lousã que foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia da República. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 2 (dois)).-----

Deu conhecimento de uma comunicação do Montanha Clube a agradecer o apoio da Câmara Municipal da Lousã ao evento Fox Enduro Race. O Executivo tomou

conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 3 (três)). -----

Deu conhecimento de uma comunicação da Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado a felicitar o Município da Lousã na categoria Inovação dos Prémios BUPi 2022, atribuído no passado mês de abril, reconhecimento merecido pelo trabalho, empenho e dedicação demonstrado ao longo do ano na promoção da excelência e boas práticas, no âmbito do projeto Balcão Único do Prédio. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 4 (quatro)). -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** solicitou que lhe foi enviada cópia dos dois primeiros documentos, ao que o **Senhor Presidente** assentiu. -----

#### 1 - Período antes da Ordem do Dia -----

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** usou da palavra para sugerir como melhoria, caso isso seja possível e no âmbito do Regulamento Municipal, dado o município estar a criar mobilidade alternativa, o uso de capacetes por parte dos utilizadores de trotinetes e bicicletas, transmitindo assim mais segurança, dada a perigosidade daqueles meios de transporte, uma vez que não está previsto no Código da Estrada. Seguidamente, perguntou se já existe novidade relativamente às peritagens técnicas que estavam a ser feitas à árvore do Freixo que se encontra em condições, aparentemente precárias. Por último, e como o **Senhor Presidente** informou na sessão de abril da Assembleia Municipal que ainda não tinha tido oportunidade de ler a comunicação remetida pela Comissão de São Lourenço acerca da situação da Silveira de Baixo, questionou se já está mais consciente deste facto e o que tem a informar sobre esta situação. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio para perguntar ao **Senhor Presidente** se a Câmara Municipal adquiriu alguns imóveis, situação que depreende estar ligada à Estratégia Local da Habitação, uma vez que foi questionado na rua sobre este assunto e desconhecer se o mesmo foi submetido a reunião do Executivo Municipal e do qual não tem qualquer informação. Em seguida, reportou-se à Rua 1º de Dezembro, perguntando a previsão para o alcatroamento daquele troço entre

a “*gincana que foi criada agora*” e a primeira rotunda da nave, junto ao antigo apeadeiro. Sugeriu que, na eventualidade da obra estar atrasada, fosse feita uma beneficiação na via porque, neste momento, “*está intransitável* “. Depois, referindo-se à plataforma eletrónica da Base.Gov, deu nota das inúmeras imprecisões que lá estão que conduzem a análises que podem não ser corretas, pelo que sugeriu a inclusão de mais informação, mais detalhada e completa, porque o que está inserido “*é quase nada.*” Em seguida e apesar de ter sido informado não ser da competência do Executivo Municipal, questionou o **Senhor Presidente** se já está composto o Comando Municipal de Bombeiros e, por conseguinte, se já pode ser dada informação sobre o assunto. Solicitou esclarecimentos sobre o facto de se ter perdido, este ano, a Bandeira Azul da Piscina Fluvial da Senhora da Piedade. A concluir, e referindo-se ao Orçamento Participativo da Praia Fluvial de Serpins, afirmou ter conhecimento que, contrariamente ao que estava planeado, a execução de umas piscinas naquela praia, já não se vai concretizar. Questionou, por isso, se se tratou apenas de “*uma manobra eleitoral, visto ter sido anunciado em vésperas de eleições autárquicas*” e agora “*fica na gaveta*”. Solicitou que lhe fosse dado conhecimento por email de todo o processo e o procedimento que foi feito sobre este assunto, bem como todos os outros documentos que já pediu há trinta dias. –

**O Senhor Vereador João Santos** interveio começando por agradecer a todos os envolvidos no evento Rally de Portugal, para que a classificativa da Lousã fosse possível, nomeadamente as entidades oficiais: ACP – Automóvel Club de Portugal, GNR, Bombeiros Municipais, os Marshall que foram voluntários e fizeram um trabalho muito interessante e trabalhadores da autarquia que, mais uma vez, deram o melhor de si para que fosse possível esta realização. Deixou, ainda, uma palavra de apreço às entidades parceiras que contribuíram para que esta iniciativa decorresse da melhor forma possível, mencionando os Baldios de Vilarinho, os Baldios de Alfocheira e o Montanha Clube. Relativamente à questão colocada pela **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** sobre o uso das trotinetes, compreendendo a preocupação e sugestão apresentada, disse desconhecer se será possível o enquadramento em um Regulamento Municipal, porque a Câmara Municipal não dispõe de aluguer de trotinetes e a entidade fiscalizadora é a GNR que se rege por regulamentos de trânsito. Todavia, e dada a pertinência da questão, admitiu a

viabilidade de se fazer alguma sensibilização nesta área. Sobre a árvore freixo, no lugar do Freixo, esclareceu que a análise do relatório indica que não está bem conforme já foi dito. No entanto, a Câmara Municipal, está a fazer algumas diligências no sentido de salvaguardar a memória do freixo e prestar alguma dignidade e memória àquela árvore, pelo facto de ter dado o nome ao lugar do Freixo. Adiantou que hoje mesmo haverá uma reunião com técnicos da Universidade de Coimbra, no sentido de se fazer uma inseminação in vítreo daquela espécie para uma futura plantação, muito embora não haja a garantia de sucesso, adiantou ainda, que segundo o mesmo relatório, será inevitável a longo prazo o seu corte e informou que todo este trabalho e tentativas de solucionar o problema têm sido articuladas com a família Moncada Corte-Real que está ciente desta necessidade e da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho. Relativamente à Bandeira Azul da Praia Fluvial da Senhora da Piedade, esclareceu que se deve ao facto desde o ano passado, ter havido uma diminuição expressiva do caudal da ribeira o que faz com que as análises não sejam excelentes, embora sejam possíveis para nadar. Este processo terá que ser verificado pela ABAE e outras entidades, a fim de futuramente analisarem se continua a fazer sentido este padrão de excelência dada a seca que se faz sentir, as oscilações de caudais e de alguns trabalhos agrícolas que levam a este resultado de análises. Concluiu dizendo que a perspectiva que existe para o próximo ano, a continuar assim, será um problema maior. -----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio começando por reforçar as palavras do **Senhor Vereador João Santos** no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Municipais, e pelos vários Agentes de Proteção Civil, Sapadores Florestais, GNR e da própria autarquia que esteve ao nível deste momento do Rally de Portugal, na Lousã. Em relação aos Bombeiros Municipais, informou que o Senhor Comandante, até ao momento, ainda não apresentou proposta de preenchimento do restante Comando, pelo que o Executivo continua a aguardar que o faça, porque tal como o **Senhor Vereador Victor Carvalho** afirmou é uma responsabilidade do próprio Comandante. -----

**A Senhora Vice Presidente** reiterou a palavra de agradecimento a todos os que tornaram o Rally de Portugal possível e elogiou a forma como decorreu.

Seguidamente, referiu a reunião de apresentação pública do 1º Direito realizada no dia quatro, que faz parte do processo que deve ser operacionalizado, no âmbito do Plano de Estratégia Local de Habitação. Sublinhou que é possível que a Câmara Municipal arrende ou compre imóveis para alojar e dar resposta quer no âmbito do arrendamento acessível, quer no 1º Direito. Deu nota de que o trabalho foi muito direcionado para as IPSS's e Juntas de Freguesia que dão um grande apoio de proximidade às famílias identificadas. Recordou que no 1º Direito identificam-se famílias que poderão ter ou não casa própria e a intervenção pode não ser na sua casa, antes porém, o realojamento de pessoas. Neste encontro foram explicadas todas as medidas, nomeadamente o que é que era ilegível ou não, para a Câmara Municipal poder trabalhar com este horizonte em vista. Deu conhecimento que no dia cinco, esteve em representação da Câmara Municipal, em uma reunião que teve lugar no Exploratório com os alunos mais velhos, do 10º, 11º e 12º anos no âmbito do Encontro Intermunicipal de Empreendedorismo a apresentarem ideias inovadoras e empreendedoras. Afirmou ter sido com muito agrado e esperança que constatou que os alunos do Agrupamento de Escolas da Lousã, adiante designado por AEL e da STATUS – Escola Profissional da Lousã, apresentaram projetos bem fundamentados e com possibilidade de serem operacionalizados relativamente à escola e como ela funciona. Deu nota de que do conjunto dos municípios foram escolhidos e votados projetos um por município e, no caso da Lousã, foram aprovados dois projetos para a final. Informou, também, que na passada quinta-feira, teve lugar o Conselho Municipal de Educação da Lousã, adiante designado por CMEL, onde foram abordados vários assuntos, destacando-se o balanço de atividades e projetos decorridos até ao momento. Este balanço foi feito pelo AEL, pela STATUS, ARCIL e Câmara Municipal que coordena uma série de projetos educativos nas escolas. Informou que o balanço foi globalmente positivo, no entanto, foram ainda pontos de análise a descentralização de competências, onde se destacou a boa articulação e colaboração entre as entidades, autarquia e AEL; a oferta formativa profissionalizante da qual ainda se aguarda a reunião de concertação com alguma preocupação e o balanço das medidas da ação social escolar. Disse que se registaram duas preocupações que foram colocadas diretamente à representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares,

adiante designada por DGEstE e que serão colocadas, por escrito, à Tutela, nomeadamente o aumento do número de crianças e jovens com medidas adicionais de apoio à aprendizagem que necessitam de acompanhamento individualizado e permanente e cujo aumento do número de assistentes operacionais não acontece no rácio previsto pela Tutela. Assim, o CMEL à semelhança do que já foi feito quer pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer pela Comunidade Intermunicipal da Região Centro, adiante designada por CIM-RC, reiterou a necessidade de se rever com urgência o rácio de trabalhadores no âmbito destas medidas, sob pena de não ser possível garantir respostas de qualidade aos alunos que delas mais precisam. Outra preocupação apresentada foi a desmaterialização das provas de aferição dos alunos do segundo-ano do primeiro ciclo do ensino básico, pelo facto dos alunos ainda não dominarem competências no uso das tecnologias e porque estão em fase da vida de desenvolverem outro tipo de competências. O AEL informou, também, que o Conselho Pedagógico aprovou uma Tomada de Posição relativamente ao assunto, manifestando, igualmente, a sua discordância pelo que entendeu subscrever esta posição que irá, de igual forma, comunicar, por escrito, à Tutela. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomando a palavra começou por dar conhecimento de um convite extensivo a todo o Executivo Municipal, endereçado pela Junta de Freguesia de Serpins, para o evento “O Dia das Merendas”, a ter lugar na Praia Fluvial da Senhora da Graça, na próxima quinta-feira, pelas 18h00. Deu nota relativamente às festividades em honra da Senhora da Piedade que na próxima segunda-feira, dia vinte e dois, pelas 18h00, haverá um lanche de encerramento para o qual todo o Executivo Municipal está convidado. Seguidamente, reiterou a Tomada de Posição do CMEL que, no seu entendimento, evidencia a partilha de informação. Sobre a Associação de São Lourenço, informou que a comunicação foi remetida ao Senhor Vereador do Pelouro uma vez que se trata de matéria da sua competência e foi igualmente enviada ao SPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da GNR que tem competências nas matérias que ali estavam mencionadas. Relativamente à aquisição de imóveis por parte da Câmara Municipal começou por esclarecer que a aquisição de imóveis, pode ou não ter que ser submetida a reunião do Executivo Municipal, depende dos valores dos seus

montantes, porque poderá decorrer da competência do Presidente da Câmara Municipal. No que diz respeito a habitação, informou que, conforme tem vindo a ser dito, há várias matérias e domínios: um foi o referido pela **Senhora Vice Presidente** que é o “1º Direito” – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais degradadas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, ou seja, reveste-se de um cariz social. Assenta numa dinâmica dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento e abordagens que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos, nomeadamente Câmara Municipais e Juntas de Freguesia, mas também entre os setores do privado. Outro é a habitação acessível em que consistiu apenas na sinalização de imóveis onde alguns são propriedade da Câmara Municipal e ainda houve a identificação com proprietários de imóveis de várias tipologias que podem ser consagrados para este fim. Frisou, em resposta ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** que não existiu nenhuma aquisição por parte da Câmara Municipal. Sublinhou que o primeiro momento foi o protocolo global celebrado entre a CIM-RC e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, adiante designado por IHRU e que posteriormente, será celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e o IHRU e, para concretização de cada operação haverá um protocolo específico, ou seja, por cada operação haverá um protocolo, quer seja da Câmara Municipal, quer seja dos privados enquanto detentores dos imóveis, tendo em conta que se assume como “*dono da obra o IHRU e não a Câmara Municipal.*” No entanto, não descartou a possibilidade de vir a existir aquisição de imóveis. Nestes tempos, o que se tem concretizado é a aquisição de terrenos que tem a ver com a expansão da Zona Industrial. Sobre a execução das obras de mobilidade urbana sustentável, frisou que têm sido uma grande dificuldade e que infelizmente, não é apenas no Concelho da Lousã, sendo o motivo razões variadas que têm vindo a ser faladas ao longo do tempo. Sublinhou que não é por falta de vontade e empenho dos Serviços da Câmara Municipal e do Executivo, todavia, confirmou que, efetivamente, a obra está atrasada. Informou que quanto à regularização da plataforma rodoviária aguarda que proximamente a empresa comunique o prazo de execução destes trabalhos de asfaltamento da Rua

1º de Dezembro, Rua Alcino Simões Lopes e Rua Industrial Manuel Carvalho. Disse que a Câmara Municipal já há algum tempo solicitou à empresa esta informação relativa aos vários troços, e não apenas à Rua 1º de Dezembro, que fazem parte desta empreitada. Acrescentando, ainda, a conclusão de alguns trabalhos de circulação pedonal e ciclável e retificações que são necessárias executar e que estão devidamente identificadas. Sobre a Base.Gov, informou que são os técnicos que fazem o preenchimento dos dados na plataforma, no entanto, comprometeu-se a solicitar aos serviços técnicos para, se possível, melhorarem a informação. Quanto à composição do Comando do Corpo de Bombeiros Municipais, reiterou o que já havia sido dito pelo **Senhor Vereador Ricardo Fernandes**. Em relação ao Orçamento Participativo na Praia Fluvial de Serpins, afirmou que as informações solicitadas serão prestadas, adiantando que os trabalhos foram executados, e que o orçamento foi concretizado com algumas necessidades de reforço, à semelhança do que já aconteceu com outros projetos vencedores, tendo em conta o tipo de praia e estruturas que ali poderão ser concretizadas. Associou-se aos votos de agradecimento relativamente à organização do Rally, sendo em sua opinião um sucesso organizativo, reconhecendo a intervenção prévia, durante e após dos trabalhadores do município, na limpeza e trabalho de rescaldo. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** pediu a palavra dizendo não ter ficado perfeitamente esclarecido relativamente às duas situações mencionadas: arrendamento acessível e 1º Direito. Acrescentou ainda, citando: *“no que toca ao arrendamento acessível, não sei se é viável, se é prematuro ou se não há interesse, para já, em darem-nos ideia dos imóveis que a autarquia já sinalizou para o efeito, para trocarmos algumas opiniões e acrescentar se houver essa necessidade.”* -----

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que já foi identificado e enviado, considerando no momento o trabalho concluído. Reiterou que o projeto 1º Direito tem uma preponderância para situações de maior vulnerabilidade. Quanto ao arrendamento acessível informou tratar-se de operações de habitação normal com intervenção estatal, através do IHRU, para que sejam criadas condições para que o valor do arrendamento seja mais baixo. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** insistiu que não foi dado conhecimento desse trabalho de rastreio aos Vereadores do PSD, pelo que agradecia a informação atualizada. Aproveitando, ainda, o momento do uso da palavra, pediu ao **Senhor Presidente** informação atualizada dos desenvolvidos que decorreram após a reunião com a empresa que está a executar as obras de requalificação do cineteatro. -----

O **Senhor Presidente** confirmou que a reunião teve lugar no dia três de maio corrente entre a empresa Socertima, Ld.<sup>a</sup> e a Câmara Municipal, com o objetivo de tratamento da prorrogação do prazo das obras, uma vez que a data de trinta e um de maio é absolutamente inviável. Acrescentou que é uma situação processual muito importante porque implica com o financiamento proveniente da CCDRC que já está aprovado para o efeito e como tal tem que ser concluído no prazo definido previsto até ao final do verão. Deu nota que tem sido um processo negocial muito difícil porque os orçamentos são elevados, já há trabalhos concluídos e outros em vias de conclusão e a empresa responsável teve ainda que recorrer a subempreitadas para trabalhos de especialização, como mobiliário, climatização, entre outros. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** solicitou a palavra, voltando atrás ao assunto, para se referir à dúvida levantada pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho** no que concerne ao processo de arrendamento acessível afirmando não ter entendido a incerteza colocada, e para clarificar a questão, recordou que o protocolo veio a reunião do Executivo e ele próprio fez uma intervenção sobre a matéria onde referiu que havia cerca de catorze milhões de euros de investimento. Afirmou que o processo foi explicado na reunião e, na mesma, foi dito que não havia aquisição por parte da Câmara Municipal. O IHRU tem critérios próprios e é a entidade que faz a aquisição, dado tratar-se de um processo onde a Câmara Municipal intervém apenas na identificação das necessidades existentes. -----

O **Senhor Presidente** reiterou para que ficasse absolutamente inequívoco que no arrendamento acessível, é o IHRU que toma conta da operação, em função de critérios e condições que têm que ser aceites pelo município ou por outros titulares dos imóveis identificados, e que o projeto do 1º Direito tem outra dimensão. -----

**A Senhora Vice Presidente** interpelou para acrescentar que conforme havia explicado e para que ficasse claro, relativamente à reunião que houve o projeto 1º Direito não identifica casas, identifica famílias. O primeiro trabalho que foi feito, e que já decorreu no âmbito da Rede Social e Juntas de Freguesia, foi no sentido de reunir e tentar identificar as famílias que vivem em condições de habitação degradada, seja a casa própria ou não. Informou ainda que não se trata de um trabalho fechado, porque de seis em seis meses podem fazer atualizações e a reunião teve como objetivo fundamental informar e clarificar como vão funcionar as medidas. -----

## **2 - Ordem do Dia** -----

### **2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 2 de maio de 2023.**-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dois do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três. -----

### **2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara:**-----

**2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da proposta de operação de loteamento de iniciativa municipal, a promover na zona de expansão da área industrial e empresarial do Alto do Padrão, que incide sobre os prédios sítos em Caleiras, Alto do Padrão, Freguesia da Lousã e Vilarinho, Concelho da Lousã.--**

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio para dizer que da análise que fez ao documento constatou que existem lotes com diferentes tipologias, pelo que questionou que esta situação advém de algum interesse ou necessidades previamente manifestados, ou se tem a ver com a configuração do terreno. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** usou da palavra começando por afirmar que pela análise que fez ao documento depreendeu que se vão instalar mais algumas empresas no concelho. Não pretendendo saber quais são, perguntou se o **Senhor Presidente** estava disponível para informar da previsão do número de postos de trabalho que poderão advir das novas empresas a instalar e para quando estará previsto o seu funcionamento. -----

O **Senhor Presidente** informou à **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** que é uma conjugação das duas situações, ou seja, conjugação das áreas existentes com o conhecimento prévio que tem das necessidades e tipologia das unidades que se pretendem instalar. Ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** informou que poderá trazer à reunião a informação solicitada e confirmou que há unidades novas e, também, um conjunto de outras cedências que dizem respeito a necessidades de ampliação com criação de novas condições de empresas já existentes. A Câmara Municipal, por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de loteamento, sem obras de urbanização, de iniciativa municipal, com a criação de quatro lotes destinados a comércio/serviços/armazém/indústria, a promover na expansão da área industrial e empresarial do Alto do Padrão, que incide sobre os prédios sítos em Caleiras, Alto Padrão, freguesia de Lousã e Vilarinho e Concelho da Lousã, descritos na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o nº 7745/20000623, o nº 12056/20170113, o nº 13615/20220302 e o nº 13809/2023120 e inscritos na matriz predial rústica da Freguesia de Lousã e Vilarinho sob os artigos nº 11426, 26652, 11440 e 26639, respetivamente, que totalizam uma área de 7.869,00m<sup>2</sup>. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 5 (cinco)). -----

**2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere, de acordo com as disposições conjugadas da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de, de 12 de setembro, e dos artigos 10.º a 12.º do Código das Expropriações, propor a sua Excelência, o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, a expropriação por utilidade pública das parcelas de terreno, necessárias à expansão da área Industrial e Empresarial do Alto do Padrão. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, de acordo com as disposições conjugadas da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de, de 12 de setembro, e dos artigos 10.º a 12.º do Código das Expropriações, propor a sua Excelência, o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, a expropriação por utilidade pública das parcelas de terreno,

necessárias à expansão da área Industrial e Empresarial do Alto do Padrão. Deliberou, ainda, por unanimidade e em minuta, nos termos do artigo 15º do Código das Expropriações, ao ato declarativo de utilidade pública seja atribuído caráter de urgência, tendo em consideração a necessidade premente de disponibilização de lotes aos potenciais investidores. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 6 (seis)).-----

**2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale Nogueira, no valor de 3.000,00 € , para prossecução dos seus fins. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale Nogueira, no valor de EUR: 3.000,00 € , (três mil euros), para prossecução dos seus fins. O valor em causa foi cabimentado e comprometido no dia quatro de maio do ano de dois mil e vinte e três, através do documento interno nº 171/2023, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das GOP com a designação 02 251 2022/45-1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 7 (sete)).-----

**2.2.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do despacho datado de 04.05.2023 relativo ao prolongamento excepcional dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Concelho entre os dias 11 e 12 de maio de 2023 por ocasião do WRC Vodafone Rally de Portugal 2023.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar o despacho datado de quatro de maio do ano de dois mil e vinte e três, relativo ao prolongamento excepcional dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Concelho entre os dias onze e doze de maio do ano de dois mil e vinte e três, por ocasião do WRC Vodafone Rally de Portugal 2023. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 8 (oito)).-----

**2.2.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere autorizar a abertura de uma conta bancária específica destinada a depositar todas as quantias retidas, a título de reforço de garantia associados a projetos financiados.-----**



O **Senhor Presidente** propõe que, ao abrigo do disposto no ponto 2.9.10.1.2 do POCAL e do artigo 7º da Norma de Controlo Interno do Município, a Câmara Municipal autorize a abertura de uma conta bancária específica destinada a depositar todas as quantias retidas, a título de reforço de garantia associadas a projetos financiados, com as características descritas do Banco Santander Totta, S.A. -----

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio começando por dizer que entendem o pressuposto que levou a esta proposta, todavia, seria interessante terem conhecimento da informação prestada pelo Banco Santander Totta, S.A. devendo esta estar anexa à proposta apresentada. -----

O **Senhor Presidente** justificou que o Banco Santander Totta, S.A., é única instituição bancária que possui um tipo de depósito, entretanto criado, que cumpre os requisitos do - depósito Escrow/Escrow Account - nos termos em que o Tribunal de Contas Europeu entende. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a abertura de uma conta bancária específica destinada a depositar todas as quantias retidas, a título de reforço de garantia associados a projetos financiados. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 9 (nove)). -----

**2.3 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vice-Presidente e do Senhor Vereador João Santos:**-----

**2.3.1 - O Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro, no valor de 15.000,00 € à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, no âmbito do projeto "Microninho + IN - Incubadora Social e de Inovação."** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um apoio financeiro, no valor de EUR: 15.000,00 € (quinze mil euros), à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, no âmbito do projeto "Microninho + IN - Incubadora Social e de Inovação." O valor em causa foi cabimentado e comprometido no dia quatro de maio do ano de dois mil e vinte e três, através do documento interno nº 172/2023, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das GOP com a designação 02 232 2022/23-1.

Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 10 (dez)).-----

#### **2.4 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:-----**

**2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Carolina Jesus que, em representação da Associação de Futebol de Coimbra, se sagrou Campeã tendo obtido o acesso à Liga de Ouro na Fase Final da referida competição, que teve lugar em Coimbra, entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2023. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo Municipal, à atleta Lousanense, Carolina Jesus que, em representação da Associação de Futebol de Coimbra, se sagrou Campeã tendo obtido o acesso à Liga de Ouro na Fase Final da referida competição, que teve lugar em Coimbra, entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2023. Este voto é extensivo à Associação de Futebol de Coimbra, à Red School Associação e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 11 (onze)). -----

**2.4.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Catarina Isabel Silva Amado, que na época desportiva 2022/2023 ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, se sagrou Tricampeã Nacional de Futebol Feminino, resultados obtidos na Liga BPI - Futebol Feminino. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo Municipal, à atleta Lousanense Catarina Isabel Silva Amado, que na época desportiva 2022/2023 ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, se sagrou Tricampeã Nacional de Futebol Feminino, resultados obtidos na Liga BPI - Futebol Feminino. Este voto é extensivo ao Sport Lisboa e Benfica e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que

por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 12 (doze)). -----

**2.4.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à equipa de Sub-19 Masculina do Rugby Clube da Lousã que se sagrou Campeã Nacional na época desportiva 2022/2023. --**

**2.5 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes:-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo Municipal, à equipa de Sub-19 Masculina do Rugby Clube da Lousã que se sagrou Campeã Nacional na época desportiva 2022/2023. Este voto é extensivo à Direção do Rugby Club da Lousã e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 13 (treze)). -----

**2.5.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal que delibere autorizar a atribuição de apoio, através da doação de equipamento de proteção individual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins, no valor de 3.750,00 € . -----**

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma relativamente a esta proposta que considerou levantar dúvidas de interpretação, interveio para questionar o motivo pelo qual o município faz a doação de vinte e cinco unidades de Equipamento de Proteção Individual, casacos, no valor de três mil setecentos e cinquenta euros, porque não perspetiva a sua utilização.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã, optou por um fardamento diferente e por conseguinte ficou com este em stock, pelo que se entendeu fazer-se esta doação.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a atribuição de apoio, através da doação de equipamento de proteção individual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins, com o NIF 503 022 004, no valor de EUR: 3.750,00 € (três mil setecentos e cinquenta

euros). Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 14 (catorze)).-----

## **2.6 – Bombeiros Municipais da Lousã:-----**

### **2.6.1 – A remeterem o mapa do Dispositivo Municipal referente ao mês de abril de 2023. Para ratificação. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos do Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais, sem data, do Senhor Vereador do Pelouro e do Senhor Presidente da Câmara, datados respetivamente, de nove e onze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, a autorizar o pagamento do mapa do Dispositivo Municipal referente ao mês de abril do ano de dois mil e vinte e três no valor de EUR: 6.556.87 (seis mil quinhentos e cinquenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/02022599. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 15 (quinze)). -----

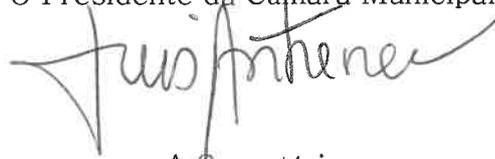
### **2.6.2 – A remeterem o mapa da Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de abril de 2023. Para ratificação. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos do Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais, datado de nove de maio do ano de dois mil e vinte e três, do Senhor Vereador do Pelouro, sem data e do Senhor Presidente da Câmara, datado de dez do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, a autorizar o pagamento do mapa da Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no valor de EUR: 6.007,00€ (seis mil e sete euros). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/02022599. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 16 (dezasseis)). -----

-----

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes e por, Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária.-

O Presidente da Câmara Municipal,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Antunes". The signature is written in a cursive style with a large initial "J" and a long horizontal stroke at the end.

A Secretária,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Martins". The signature is written in a cursive style with a long horizontal stroke at the beginning.